



TRAGÉDIA

Inquérito apura crime no incêndio de Porto Alegre

Dez morreram e pelo menos 15 ficaram feridos em uma pensão que abrigava pessoas em situação de vulnerabilidade social. Dono do imóvel afirma que fogo foi intencional e que documentação está regular. É o segundo maior desastre do gênero na capital gaúcha

» FABIO GRECCHI

A Polícia Civil do Rio Grande do Sul abriu inquérito para apurar se houve crime no incêndio que destruiu, na madrugada de ontem, uma pensão em Porto Alegre. Dez pessoas morreram e pelo menos 15 ficaram feridas no fogo que consumiu a pousada Garoa, que fica no bairro Floresta, destinada a moradores em situação de vulnerabilidade social. É o segundo maior incêndio da capital gaúcha — o primeiro é o das lojas Renner, em 27 de abril de 1976, que deixou 41 mortos.

A pensão é uma das administradas pela empresa Garoa, cujo dono, André Luís Kologeski, acusou o incêndio de ser criminoso. “Colocaram fogo. Temos a documentação exigida, (a hospedagem é) toda regularizada. Estaremos providenciando o envio à prefeitura”, afirmou, rebatendo as acusações de que o funcionamento do local era irregular.

Porém, esse não é o primeiro incêndio a atingir uma das pensões do grupo. Em 2022, um homem morreu e 11 pessoas ficaram feridas devido às chamas que consumiram a pousada que fica na Rua Jerônimo Coelho, no Centro da capital gaúcha. Além desta e da que pegou fogo ontem, a Garoa é dona de mais duas pensões no bairro São João.

As chamas foram percebidas por volta das 2h e, às 5h, estavam controladas. A hospedagem funciona num prédio de quatro andares, no qual pelo menos 30 pessoas moravam. Depois que os bombeiros debelaram o incêndio, encontraram dois mortos no primeiro pavimento. No segundo, acharam mais cinco e outros três no terceiro. Os corpos estavam calcinados. Testemunha da tragédia,

SILVIO AVILA/AFP



Bombeiros debelaram o fogo na pousada por volta das 5h. Os corpos dos mortos foram encontrados no primeiro, no segundo e no terceiro pisos

Joneisa Garcia afirmou à TV RBS que socorreu um dos moradores, que pulou do terceiro andar para fugir do incêndio. “Era muito fogo. Estava indo para casa e, quando chegamos na esquina, tinha um rapaz muito machucado. Disse que se atirou do terceiro andar”, relatou.

Reações políticas

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva lamentou a tragédia,

em publicação no X (antigo Twitter). “Com tristeza e preocupação soube da morte de ao menos 10 pessoas, em incêndio em uma pousada de Porto Alegre. O estabelecimento acolhia pessoas em situação de vulnerabilidade”, anotou.

O ministro Paulo Pimenta, da Secretaria de Comunicação Social da Presidência da República, observou: “Triste maneira de começar o dia, com a notícia do segundo maior incêndio

da história de Porto Alegre, que levou à perda de pelo menos 10 vidas em uma pousada que acolhia pessoas em situação de vulnerabilidade social”.

Também pelo X, o prefeito de Porto Alegre, Sebastião Melo, se manifestou sobre o episódio. “A prefeitura trabalha para acolher os moradores e apoiar a investigação dessa tragédia. Estamos decretando luto oficial de três dias”, afirmou.

Já a deputada federal Daiana

Santos (PSol-RS) classificou a tragédia, em publicação também no X, como resultado da “negligência”. “Nove (na verdade 10) pessoas morreram, sendo que oito corpos estavam completamente carbonizados. O local não possui alvará nem Plano de Proteção Contra Incêndio (PPCI)”, acusou. A também deputada federal Fernanda Melchionna (PSol-RS) usou as redes para frisar as mesmas supostas dificuldades — falta de permissão para



Era muito fogo. Estava indo para casa e, quando chegamos na esquina, tinha um rapaz muito machucado. Ele disse que se atirou do terceiro andar”

Joneisa Garcia, que testemunhou o desespero de um morador da pensão para fugir do incêndio

funcionar e protocolo para debelar o fogo. Outra parlamentar, a deputada Érika Hilton (PSol-SP), salientou que “é revoltante uma pousada sem alvará de incêndio não apenas funcionar normalmente, mas ser mantida com dinheiro da Prefeitura”.

O senador Luiz Carlos Heinze (PP-RS) foi outro que comentou o episódio: “Este trágico evento resalta a importância das medidas de segurança adequadas em estabelecimentos comerciais”, publicou no X. Outro senador, Paulo Paim (PT-RS), salientou: “Estou chocado com a notícia da morte de 10 pessoas em um incêndio em uma pousada em Porto Alegre. Que o caso seja investigado profundamente”, cobrou.

Também senador, Hamilton Mourão (Republicanos-RS) recorreu ao X para afirmar: “É necessário apurar, com urgência, as circunstâncias do incêndio que levou a óbito 10 pessoas em situação de vulnerabilidade em uma pousada no centro de Porto Alegre”, publicou.

CB.AGRO

Defensivo biológico avança e põe Brasil na vanguarda

» VITÓRIA TORRES

A agricultura brasileira chegou a um estágio de avanço que, atualmente, utiliza defensivos biológicos e sustentáveis em larga escala. A afirmação é de Eduardo Leão, presidente da Croplife Brasil — associação de pesquisa e desenvolvimento de tecnologias para a produção agrícola sustentável —, em entrevista, ontem, a *CB.Agro* — parceria entre *Correio* e TV Brasília.

“O Brasil, hoje, é um país que adota os (defensivos) biológicos num ritmo mais acelerado. Enquanto o resto do mundo cresceu, nos últimos anos, 15% de utilização, no Brasil cresceu 60% — uma taxa de crescimento quatro vezes maior. Atualmente, cerca de um terço das áreas de soja, milho, algodão utilizam dessa forma de controle de pragas e doenças. Em vez de usar um defensivo químico, usa um produto geneticamente modificado, que é resistente àquela praga que seria controlada pelo defensivo. Substitui uma tecnologia por outra”, frisa.

Eduardo adverte, porém, que o avanço da agricultura sustentável depende não apenas de investimentos, mas também de

uma legislação. Com incentivos adequados, a indústria fortalecerá a posição do Brasil como líder global na produção agrícola.

“Os bioinsumos, assim como os defensivos químicos, demandam investimentos muito elevados e de longo prazo. Ganha todo mundo: o produtor, o meio ambiente, o Brasil”, garante.

Mas os bioinsumos não devem ficar sem uma regulamentação, observa Eduardo. Ele afirma que regras são necessárias para que o remédio que salva não se torne o veneno que mata. “Muitos produtores multiplicam esses produtos, que são macro e micronutrientes — como insetos, vírus, bactérias —, dentro das suas propriedades, e utilizam como controle de pragas nas fazendas. Qual vai ser o nível de controle na utilização desses produtos?”, indaga.

Complementares

O presidente da Croplife deixa claro que agricultura, tecnologia e proteção ambiental não são excludentes — e, sim, complementares. O equilíbrio entre os três fatores tem tudo para aumentar ainda mais a produtividade sem

Minervino Júnior/CB/D.A Press



Eduardo: conjugar tecnologia, produtividade e preservação é possível

comprometer o meio ambiente.

“O desmatamento só pode ocorrer com ganhos de produtividade. A tecnologia tem um papel fundamental nesse processo. É importante atentarmos para que esse ganho de tecnologia, de produção e de produtividade não impacte negativamente o meio ambiente”, adverte.

Apesar dos avanços dessa biotecnologia, Eduardo afirma que ainda não é possível prescindir de defensivos químicos. Segundo ele, a lei que reformula

o marco regulatório dos pesticidas no Brasil, representa um avanço, mas ainda é preciso que se tenha mais agilidade avaliação dos produtos a serem utilizados na lavoura.

“O Brasil é o país que mais leva tempo para aprovar um novo defensivo químico. Levamos em torno de oito anos, enquanto o resto do mundo leva metade desse tempo”, cobrou.

*Estagiária sob a supervisão de Fabio Grecchi

MEIO AMBIENTE

Justiça suspende multa a Bolsonaro por pesca ilegal

O Tribunal Regional Federal da 1ª Região (TRF-1) suspendeu uma multa no valor de R\$ 10 mil aplicada pelo Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama) a Jair Bolsonaro. O órgão autuou o ex-presidente sob a justificativa de dano a uma unidade de conservação ambiental em Angra dos Reis, no litoral fluminense, quando o então deputado foi flagrado pescando no local, em 2012.

Por decisão do desembargador Rafael Paulo, o processo administrativo vinculado à multa também foi suspenso. Procurador, o Ibama disse, em nota, que ainda não foi formalmente intimado da decisão.

A multa havia sido anulada pelo Ibama no início de 2019, após parecer da Advocacia-Geral da União (AGU) — emitido dias antes da posse de Bolsonaro na Presidência — avaliar que o prazo de prescrição da multa era de cinco anos.

Mas, em novo entendimento, de setembro de 2023, o Ibama, já no governo Lula, afirmou que o período para prescrição é de 12 anos, levando em conta o prazo estabelecido no Código Penal

para crimes ambientais. À época, Bolsonaro classificou a revalidação da multa como “perseguição”.

Além do processo administrativo, o caso também foi julgado criminalmente. Ao analisar um recurso da defesa do ex-presidente, o Supremo Tribunal Federal (STF) julgou a denúncia improcedente, uma vez que o dano ao meio ambiente foi insignificante e não houve crime ambiental.

Na decisão, o desembargador do TRF-1 seguiu o argumento da ministra Cármen Lúcia, do STF e relatora do processo, que usou em seu voto o princípio da insignificância. Segundo ela, Bolsonaro foi encontrado em uma embarcação pequena e na posse de materiais que caracterizavam apenas pesca rústica.

Quando ainda era deputado federal, o ex-presidente foi autuado por um agente ambiental na Estação Ecológica de Tamoios, área de conservação protegida pelo governo federal no litoral dos municípios fluminenses de Angra dos Reis e Paraty. O então parlamentar foi flagrado próximo à Ilha da Samambaia por um fiscal, em janeiro de 2012, e fotografado em um pequeno barco, com vara de pescar, linha e anzol.